

CONVITE

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE BENS

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA RECOLHA DE
IMPRESSÕES LOFOSCÓPICAS

Processo n.º 300.10.005/2024/717

Índice

I – Entidade Adjudicante	3
II – Decisão de contratar	3
III – Procedimento de aquisição	3
IV – Documentos exigidos para apresentação de proposta	3
V – Prazo de apresentação da proposta	4
VI - Caução.....	4
VII- Apresentação de propostas variantes	4
VIII- Documentos de habilitação	4
IX- Outorga do contrato	5
X- Pedidos de esclarecimento, erros e omissões do caderno de encargos	5
XI- Preço Base.....	5
ANEXO A.....	6
Formulário de resposta ao presente convite, incluindo proposta de preço.....	6
ANEXO I	7

Em harmonia com o disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), convida-se V. Exas. a apresentar proposta para a aquisição de material de recolha de impressões lofoscópicas, nos termos do caderno de encargos em anexo.

Para o efeito serão prestadas as seguintes informações:

I – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Direção-Geral da Administração da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Pisos 0, 9.º ao 14.º, 1990-097 Lisboa, com o telefone n.º 217 906 200, e com o endereço de correio eletrónico contratacao@dgaj.mj.pt.

II – Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de 15/11/2024 da Diretora Geral da Direção Geral da Administração da Justiça, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e das competências que lhe foram subdelegadas pelo Despacho n.º 7485/2024, de 10 de julho alíneas c) e e)

III – Procedimento de aquisição

O presente convite é efetuado ao abrigo de Ajuste Direto, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos.

IV – Documentos exigidos para apresentação de proposta

- 1- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo I* do CCP, anexo ao presente Convite.
- 2- A proposta de preço deve ser elaborada em conformidade com o *Anexo A*, anexo ao Convite, e indicar os valores unitários para cada um do tipo de dos bens a fornecer, bem como o valor global, em algarismos sem inclusão do IVA.
- 3- Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- 4- Todos os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante do concorrente com poderes para os outorgar, mediante assinatura eletrónica qualificada.

5- O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta.

V – Prazo de apresentação da proposta

1- A proposta, bem como os documentos que a acompanham, deve ser apresentada dentro do prazo previsto para o efeito na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>.

2- O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

VI - Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

VII- Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

VIII- Documentos de habilitação

1- O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

d) Declaração de beneficiário no RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo), nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

2- O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos no número anterior se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

3- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do n.º 1, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4- O adjudicatário deve apresentar ainda declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.

5- Todos os documentos de habilitação devem ser assinados com assinatura digital qualificada, pelo adjudicatário ou por representante com poderes para os outorgar.

IX- Outorga do contrato

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º do CCP, no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

X- Pedidos de esclarecimento, erros e omissões do caderno de encargos

1- Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, assim como a indicação de erros e omissões dos mesmos, devem ser efetuados através da plataforma eletrónica AcinGov até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2- Os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

XI- Preço Base

O preço base global para a aquisição dos bens é de **13.030,59EUR (treze mil)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

ANEXO A

Formulário de resposta ao presente convite, incluindo proposta de preço

Proposta da entidade:

NIF:

Referência n.º 300.10.005/2024/717

Entidade Adjudicante: Estado Português, através da Direção-Geral da Administração da Justiça

Na sequência do convite que nos foi dirigido, junto apresentamos a nossa proposta de preço unitário, bem como o valor global estimado para o contrato de aquisição de ... *(indicar bem/serviço)*

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data)... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Página 8 de 8